Crónicas Militares Nacionais

Tenente-coronel
Miguel Silva Machado

Faleceu D. António dos Reis Rodrigues

Faleceu, no passado dia 3 de Fevereiro de 2009, D. António dos Reis Rodrigues, que nos anos de 1967 a 1975 desempenhou as funções de Pró-Vigário Castrense e Capelão-Mor das Forças Armadas. Actualmente, com 90 anos de idade, era bispo titular de Madarsuma e bispo-auxiliar emérito do Patriarcado de Lisboa. D. António dos Reis Rodrigues foi ainda professor na Academia Militar e Director Nacional da Obra Católica Portuguesa das Migrações.

Cooperação Técnico-Militar com a República de Cabo Verde

Por ocasião de uma visita a Cabo Verde, no passado dia 12 de Março o Ministro da Defesa Nacional, Severiano Teixeira, anunciou a intenção de Portugal apoiar a criação de uma "Escola Militar" naquele país. Citado pela Agência Lusa, o MDN referiu *"... A criação da Escola Militar é absolutamente indispensável para a formação de quadros das Forças Armadas cabo-verdianas. O mesmo se passa com a autonomização da formação dos Fuzileiros, que se integrava no projecto da Guarda Costeira e que passa agora a projecto próprio..."*

Estas medidas deverão ser implementadas nos próximos três anos, prazo de vigência do actual programa de cooperação técnico-militar, agora assinado na cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde. Mantêm-se ainda em vigor, de acordo com Severiano Teixeira os programas de formação que as Forças Armadas Portuguesas ali garantem, nomeadamente em relação à Policia Militar, Guarda Costeira e Centro de Instrução Conjunto do Monte Branco.

Novo comandante da Brigada de Reacção Rápida

O major-general Raul Luís de Morais Lima Ferreira da Cunha assumiu o comando da

Brigada de Reacção Rápida (BRR) do Exército, no passado dia 16 de Março de 2009. Substitui nestas funções o major-general Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo que a comandava, desde 2007.

A BRR foi criada na sequência da "Transformação do Exército" e está organizada de acordo com o Despacho n.º 12555/2006, de 24 de Maio, do Ministro da Defesa Nacional:
- Comando da Brigada de Reacção Rápida e respectivo Gabinete (Tancos);
- Estado-maior (Tancos);
- Unidade de Apoio (Tancos);
- Escola de Tropas Pára-Quedistas (Tancos);
- Centro de Tropas Comandos (Serra da Carregueira);
- Centro de Tropas de Operações Especiais (Lamego);
- Regimento de Infantaria n.º 3 (Beja);
- Regimento de Infantaria n.º 10 (S. Jacinto);
- Regimento de Infantaria n.º 15 (Tomar);
- Unidade de Aviação Ligeira do Exército (Tancos).

Regimento de Infantaria 19 recebe o Presidente da República

No âmbito da sua visita a Chaves em 25 de Março de 2009, por ocasião do bicentenário da libertação da cidade no decurso da segunda invasão francesa, o Presidente da República cumpriu parte do programa do dia no Regimento de Infantaria nº 19. Na ocasião Cavaco Silva proferiu um discurso alusivo á data mas com uma mensagem bem actual, o qual se transcreve:

"Ao comemorarmos os duzentos anos da reconquista de Chaves evocamos um feito militar que é, ao mesmo tempo, um acto patriótico e um gesto de sacrifício pela liberdade.

Os grandes acontecimentos da História Militar são comemorados porque representam momentos de mobilização colectiva, em que às Forças Armadas se junta o apoio dos cidadãos, na defesa da integridade do território ou dos valores que sedimentam a comunidade nacional. No caso da reconquista de Chaves, a união de esforços entre militares e populares foi decisiva para a vitória, constituindo um valioso contributo para o insucesso dos exércitos invasores.

Não é exagero dizer-se que 25 de Março de 1809 foi o prenúncio da derrota das tropas francesas. À coragem dos transmontanos e ao patriotismo das nossas Forças Armadas se deve um feito que, dois séculos volvidos, deve ser comemorado.

Como tenho dito em diversas ocasiões, só faz sentido exaltar o passado se nele for possível descobrir um sentido de futuro. No caso do bicentenário da reconquista de Chaves, este sentido de futuro é uma evidência.

Lideradas por um grande transmontano, o general Francisco da Silveira, as nossas forças

souberam honrar Portugal, enfrentando com grande valentia e coragem os poderosos exércitos napoleónicos. Como tantas vezes sucedeu ao longo da nossa História, o sucesso não estava garantido à partida. Pelo contrário, a máquina de guerra comandada pelo marechal Soult constituía um inimigo temível, dotado de meios que, se acaso a confrontação tivesse sido directa e frontal, possivelmente teria ganho.

O engenho dos nossos militares residiu precisamente na opção por uma conduta militar marcada pela argúcia e pela inteligência: observar e flagelar o invasor aquém fronteira; acompanhar, em pressão continuada, a sua marcha pela Várzea de Chaves; permitir que a invasão progredisse em direcção a Braga/Porto e, enfim, reconquistar Chaves, a base de ligação francesa à Galiza, e cortar a linha de comunicações.

A arte militar que permitiu este feito de armas enobreceu os «Fronteiros de Chaves», à época o Regimento de Infantaria 12, do qual o Regimento de Infantaria 19 é legítimo herdeiro e cujo patriotismo está bem vincado na sua divisa «Sempre Excelentes e Valorosos».

Esta foi também a divisa de todos os flavienses que lutaram pela liberdade da sua terra. Há duzentos anos, os que aqui enfrentaram o invasor estrangeiro foram «Sempre Excelentes e Valorosos».

Tenho a certeza que esses valores não se perderam e, como há dois séculos atrás, os cidadãos de Chaves serão «sempre excelentes e valorosos». Os nossos antepassados mostraram-nos como é possível vencer as adversidades e conquistar a vitória em momentos difíceis. Temos de ser dignos do seu exemplo. Temos de estar à altura do seu espírito de sacrifício e da sua vontade de vencer. Temos de honrar o seu amor à Pátria.

Há precisamente duzentos anos, reconquistávamos o Forte de São Francisco. Não esqueçamos que essa reconquista foi feita, em larga medida, com o apoio do povo, uma vez que o general Silveira dispunha de apenas algumas centenas de tropas regulares. Não tinha milhares de soldados nem possuía as armas modernas do seu adversário.

Mas trazia consigo algo de muito superior: o amor à Pátria que fez unir o povo e as forças armadas, que fez com que todos sentissem que aquela era a hora de apoiar os militares em combate.

Comemoramos, pois, o reconhecimento que todos devemos às nossas Forças Armadas. Comemoramos a inteligência e o engenho daqueles que foram capazes de derrotar um inimigo aparentemente mais forte. Comemoramos a tenacidade e a coragem demonstradas pelos transmontanos que há duzentos anos lutaram pela liberdade e independência de Portugal.

A vitória de Chaves foi uma lição de patriotismo e de portugalidade. Com a minha presença, no dia de hoje, pretendo justamente dizer a todos que temos de estar à altura dos nossos antepassados. Em nome de Portugal, em nome daqueles que nos precederam e em nome das gerações vindouras, o nosso tempo também é um tempo de exigência e de

luta. Do mesmo modo como vencemos há duzentos anos, também hoje seremos capazes de vencer."

Relatório Anual de Segurança Interna

Foi divulgado, no passado dia 26 de Março, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) referente a 2008, o qual está disponível na íntegra (368 páginas) no site do Ministério da Administração Interna de onde pode ser descarregado.

Presença portuguesa no Afeganistão é para manter sem reforço significativo

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, afastou a hipótese de reforço significativo da presença militar portuguesa no Afeganistão. Falando aos jornalistas, em 26 de Março de 2009, disse que a actual participação nacional é ajustada à dimensão e estrutura militar de Portugal. Luis Amado, citado pela Agência LUSA, afirmou "*...É certo que reconfigurámos a nossa participação militar recentemente, mas continuamos a ter uma participação ao nível do esforço que se pode exigir a um país com a nossa dimensão e com a nossa estrutura militar*". Segundo a mesma fonte o ministro dos Negócios Estrangeiros justificou o facto de haver países mais pequenos que Portugal com contingentes maiores destacados para o Afeganistão com a necessidade de fazer opções decorrentes de maior ou menor valorização política dos teatros de operações.

Na mesma ocasião, o Ministro da Defesa Nacional, Severiano Teixeira, referindo-se em concreto à participação nacional confirmou os dados anteriormente divulgados, ou seja, manter a actual "OMLT de Guarnição", enviar uma "OMLT de Brigada" e uma "Equipa de Saúde" para o Hospital Militar do Aeroporto Militar de Cabul e, no período das eleições - previsivelmente, entre Agosto e Dezembro de 2009 - um destacamento aéreo com um C-130.

Também no mesmo dia o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas informou os jornalistas que a "Equipa de Saúde" deverá partir em Junho para Cabul e que previsivelmente será no final de Março, início de Abril, a partida da OMLT de Brigada.

Neste momento em que as crónicas são escritas, 29 de Março de 2009, já se encontram militares desta OMLT no Afeganistão a efectuar as diligências necessárias à entrada desta equipa de assessores no teatro de operações.

Fragata portuguesa nas operações de combate à pirataria no Índico

Cinco navios da NATO, dos quais a fragata NRP "Corte Real" que é, também, o navio-chefe da *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG1), e na qual estão embarcados o contra-almirante Pereira da Cunha, comandante da força, e o seu estado-maior, estão

empenhados nas operações de combate aos piratas no Índico.

A operação, designada pela NATO "Allied Protector", junta-se aos esforços da comunidade internacional para permitir uma navegação segura nas rotas marítimas que passam pela região do Golfo de Adém e do Corno de África. Nesta região do globo têm sido muito frequentes ataques a navios mercantes, de passageiros e outros, estando ali montada uma autêntica indústria de pirataria com a extorsão de elevadas somas em dinheiro a armadores e passageiros.

Além da "Corte Real", participam na SNMG1 os seguintes navios: HMCS Winnipeg (Canada); HNLMS De Zeven Provinciën (Holanda); SPS Blas de Lezo (Espanha); USS Halyburton (Estados Unidos da América).

Esta missão da NATO que de alguma maneira vem reforçar outras iniciativas de países e organizações, tem duas fases, sendo a primeira durante o trânsito desta "esquadra" pela região em direcção ao Sudoeste Asiático e a segunda, no regresso, em Junho próximo.

A SNMG 1 está a cumprir a primeira missão da NATO na Ásia e Oceânia e estão previstas escalas em Carachi, Singapura e Perth já na Austrália.

Marinha renova contratos com Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Teve lugar, no passado dia 17 de Março, a assinatura de novos contratos entre a Marinha e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), no respeitante ao fornecimento dos Navios Patrulha Oceânicos (NPO), Navios de Combate à Poluição (NPC) e Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC). Trata-se de um processo que tem sofrido atrasos significativos desde que, em 15 de Outubro de 2002, foram encomendados os dois primeiros NPO e, em 19 de Maio de 2004, os dois NCP. As datas de entrega têm sido sucessivamente adiadas, desde Maio de 2006, para o primeiro NPO, finais do mesmo ano para o primeiro NCP. No total, segundo agora foi confirmado pelo Ministro da Defesa Nacional, na sua primeira visita aos ENVC, dos 8 NPO previstos, serão adquiridos para a Marinha 6, mantêm-se os 2 NCP e as 5 lanchas de fiscalização costeira (com opção por mais 3). Quanto a datas de entrega, Severiano Teixeira afirmou que o primeiro NPO será entregue à Marinha em Janeiro de 2010 e o segundo seis meses depois. Os NPO destinam-se a substituir as corvetas, ainda em serviço, das classes "João Coutinho " e "Afonso Cerqueira" e as lanchas de fiscalização os patrulhas da classe "Cacine". Estas lanchas, segundo foi agora afirmado deverão ser entregues, a primeira em 2012 e a última em 2014.

Por ocasião da divulgação destes dados voltou a falar-se da questão do Navio Polivalente Logístico (NPL), o qual deverá se construído numa parceria com uma empresa estrangeira, sendo o seu projecto fornecido no âmbito das contrapartidas da compra dos dois submarinos para a Marinha Portuguesa.

Identificação e recuperação de militares portugueses enterrados em África

Depois de, em Março de 2008, se ter concretizado com sucesso uma primeira missão de descoberta, identificação e recuperação de corpos de militares portugueses enterrados na antiga Guiné Portuguesa, hoje República da Guiné-Bissau, está em curso uma outra em Março de 2009. A Liga dos Combatentes assume a liderança deste projecto que pretende, nesta fase, identificar e recuperar corpos de 17 militares portugueses enterrados em Gabu e transferi-los para o cemitério de Bissau.

Em 2008, a missão desencadeada pela União Portuguesa de Pára-quedistas contou com o apoio das autoridades políticas e militares da Guiné-Bissau, do Adido de Defesa de Portugal em Bissau e da Missão de Cooperação Técnico-Militar Portuguesa no país e, sobretudo, de um pequeno mas dinâmico grupo de antigos militares pára-quedistas portugueses que ali residem. Este projecto foi depois enquadrado no programa mais vasto da Liga dos Combatentes, "Conservação das Memórias", que acabou por patrocinar grande parte da missão. O transporte aéreo das urnas dos três militares repatriados de Bissau para Lisboa e os funerais desde Lisboa para os locais de nascimento dos militares exumados em Guidage, foram graciosamente feitos respectivamente pela TAP-Air Portugal e pela Associação Nacional de Empresas Lutuosas. Então, como agora, estas missões decorrem com o apoio técnico, indispensável, do Instituto Nacional de Medicina Legal e do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Este assunto dos militares portugueses mortos durante a última guerra que Portugal travou em África e que lá se encontram sepultados, tem sido objecto de controvérsia. Por um lado o Estado, através da Liga dos Combatentes, tem desenvolvido o acima referido projecto "Conservação das Memórias" que apenas prevê a concentração dos corpos em cemitérios militares, em cada uma das antigas Províncias Ultramarinas. Diversas associações de combatentes pretendem, no entanto, que os corpos dos militares cujas famílias o desejem sejam repatriados para Portugal, a expensas públicas.

1º e 2º Batalhões de Infantaria Pára-quedista, condecorados

Realizou-se, em 27 de Março último, em Tancos na Escola de Tropas Pára-quedistas, a cerimónia de condecoração dos Estandartes Nacionais dos 1º e 2º batalhões de Infantaria Pára-quedista da Brigada de Reacção Rápida do Exército, com a Medalha de Serviços Distintos, grau Ouro.

Estas condecorações foram concedidas pelo Presidente da República, na sequência de louvor atribuído pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) decorrente da acção de sub-unidades destes batalhões no teatro de operações do Afeganistão entre 2006 e 2008. O CEMGFA, general Luís Valença Pinto, impôs as respectivas insígnias nos Estandartes Nacionais no decurso da cerimónia, na qual também esteve presente o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Pinto Ramalho.
Na ocasião o CEMGFA proferiu um discurso que se transcreve:

"A Instituição militar está intimamente ligada à fundação de Portugal e a todos os passos mais marcantes do nosso percurso colectivo.

Para além da defesa militar do território nacional, as Forças Armadas assumem hoje responsabilidades significativas no âmbito da política externa portuguesa. São tarefas essenciais à afirmação dos interesses do Estado e que reforçam a credibilidade e a afirmação de Portugal no Mundo. São tarefas cujo cumprimento obriga ao empenhamento operacional das Forças Armadas em múltiplas e diversificadas missões no quadro das Nações Unidas, da Aliança Atlântica e da União Europeia.

É justo e inquestionável afirmar que, neste domínio e nos últimos dezoito anos, as Forças Armadas têm sido porventura dos nossos melhores embaixadores, sobretudo pela visibilidade e prestígio que têm feito reverter para Portugal, como consequência da qualidade e profissionalismo, que lhes são reconhecidos em função da excelência do seu empenhamento em múltiplos teatros de operações.

Desta acção tem resultado uma apreciável margem de liberdade e de iniciativa para o Estado Português e consequentemente um aumento da nossa soberania. Delas tem decorrido mais Paz, mais Segurança, mais Estabilidade, mais Estado de Direito e mais Desenvolvimento para os países e povos dos diversos locais do Mundo onde e a quem temos dado o nosso contributo responsável e competente.

As Forças Armadas têm legítimas razões para se orgulharem desta sua tão relevante acção. As mesmas razões e motivações assistem também à totalidade da comunidade nacional, em nome de quem as Forças Armadas têm levado a cabo essa acção.

É a necessidade muito forte de cooperação internacional, como fórmula obrigatória para dar resposta às novas e diversificadas ameaças que se colocam às sociedades contemporâneas, que torna imperativo o crescente carácter expedicionário das Forças Armadas. No caso nacional a percepção do perigo real dessas ameaças tem sido enfrentada directamente pelos militares que têm sido empenhados em diversificados e muito complexos teatros de operações.

São a resposta construtiva e responsável que Portugal tem dado a esse tipo de ameaças e o reconhecimento da qualidade com que é feita, que estão na base desta cerimónia.

Os militares dos dois Batalhões Pára-quedistas, que hoje se honram com as condecorações que as suas Unidades irão justamente receber, enfrentaram durante o período dos seus destacamentos, todos os tipos de violência e de dificuldades no difícil teatro de operações do Afeganistão.

Foram soldados competentes, audazes, corajosos e determinados no cumprimento da missão militar que o País lhes confiou. No cotejo com forças de mais de quarenta países foram pelo menos tão bons e tão capazes como os melhores.

São características inteiramente em linha com as tradições históricas sobejamente reconhecidas às tropas "Pára-quedistas" e que as actuais unidades pára-quedistas, naturalmente ajustadas aos novos requisitos operacionais como Força especializada e de elevado grau de prontidão, herdaram, sem prejuízo, antes pelo contrário com benefício, para a sua obrigatória adequação aos novos requisitos operacionais como força militar coerente e de elevado grau de prontidão.

Ontem como hoje os valores por que se motivaram, empenharam e combateram estas diferentes gerações de Pára-quedistas são no essencial os mesmos, consubstanciando-se na inerente defesa do valor maior e que se resume a uma só palavra - Portugal.

Honremos e respeitemos valores e tradições. Saibamos com lucidez reconhecer as diferenças de contexto e os correspondentes imperativos de evolução.

Militares do 1º e 2º Batalhão Pára-quedistas que fizeram parte da Força de Reacção Rápida da Força Internacional de Segurança e Assistência da NATO (ISAF), no Teatro de Operações do Afeganistão.

As condecorações que no seu superior critério Sua Excelência o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, entendeu atribuir colectivamente aos vossos Batalhões, significam uma honra para vós, para o Exército e para as Forças Armadas. Com estas condecorações a República Portuguesa faz justiça aos 1º e 2º Bi Paras reconhecendo publicamente os serviços excepcionais, relevantes e distintos, prestados por vós a Portugal no Teatro de Operações do Afeganistão.

São condecorações que premeiam a coesão e o espírito de corpo que vos permitiram vencer situações particularmente difíceis. Situações em que foram postas à prova as vossas elevadas qualidades de abnegação, robustez física e psicológica e sentido patriótico, do que resultou o prestígio e a afirmação das Forças Armadas e do nosso País, num ambiente operacional muito exigente e com elevados riscos.

Locais como Kandahar, Farah, Herat, Bagrami, ou as regiões de Paghman, Chahar Asiab Musahi, Shakar Darreh, Estalef e Jabbar, ficarão na memória de todos vós, certamente pelas circunstâncias de elevada adversidade e alto nível de ameaça, pelas condições extremas de frio e calor, pelas dificuldades do terreno e pelas duras exigências das operações. Mas também pela serena convicção do vosso sentido de dever, fazendo salientar qualidades de esclarecido e excepcional zelo, de elevado sentido de missão, disciplina e invulgar espírito de sacrifício e abnegação. Estas são aliás qualidades que evidenciam as principais características do soldado português e que vos permitiram granjear enorme respeitabilidade e credibilidade no seio da ISAF, tornando-vos referência e exemplo para as restantes forças.

Com a vossa acção afirmaram e protegeram interesses e responsabilidades nacionais.Com a vossa acção foram promovidas e melhoradas a segurança, a estabilidade e a qualidade de vida das populações do Afeganistão.

Decorrente das responsabilidades que me incumbiram como Comandante Operacional das forças durante o seu destacamento no exterior, entendo ser inteiramente legítimo e apropriado afirmar que os militares portugueses estão bem apetrechados para compreenderem o moderno contexto multinacional e multidimensional que os enquadra, bem como para nele actuarem. É um contexto que por si só mobiliza uma nova exigência na mentalidade e na formação dos quadros dos diversos sectores e portanto também dos quadros militares.

Os desempenhos absolutamente excepcionais que as Forças Armadas portuguesas têm tido nas suas múltiplas missões operacionais assenta inquestionavelmente na qualidade da formação militar portuguesa, sempre marcada por preocupações de grande abertura de espírito, de actualização e de modernidade e sempre objecto de estreito acompanhamento e permanente avaliação pelos responsáveis militares nos diferentes níveis.

Este desempenho só é porém possível se alicerçado na coesão, na disciplina e no moral elevado, aceitando os riscos e as limitações inerentes à condição militar.

Foi a conjugação desses requisitos que determinou o sucesso do empenhamento operacional das duas subunidades que nos honraram e que hoje honramos.

Assim se tem passado com as muitas subunidades que temos projectado para o Afeganistão e para outros Teatros de Operações e que, sem excepção, têm prevalecido perante os mais exigentes critérios de avaliação operacional, o que é motivo de orgulho para as Forças Armadas e para o País. As Forças Armadas são por isso um factor de sucesso, num Portugal moderno e internacionalmente competitivo. Nós, militares, podemos daí colectivamente retirar um tranquilo sentimento de missão bem cumprida.

É preciso ter também em conta que os militares portugueses são profissionais e que, quando destacados para missões no exterior do território nacional por períodos longos, a sustentação da sua estabilidade emocional e psicológica para enfrentar situações de risco, depende igualmente da percepção que têm quanto à segurança e ao suporte com que o seu agregado familiar pode contar.

É por esta razão que sempre foi e continuará a ser importante o papel da Família Militar, enquanto conceito solidário que as Forças Armadas cultivam, para que seja possível proporcionar confiança, estímulo, segurança e estabilidade psicológica ao militar que em nome e ao serviço de Portugal corre riscos em operações e, na retaguarda, à sua família.

É por isso que o conceito de Família Militar deve ser compreendido, observado e vivido como um valor do Estado.

Militares

Ontem como hoje as Forças Armadas Portuguesas continuam num quadro de transformação positiva rumo a um futuro onde a qualidade dos meios humanos e o

crescente apuro tecnológico dos equipamentos constituem conjugadamente critérios primários para que o seu emprego possa ser bem sucedido.

São também essas as bases para que se persista na busca constante de modelos que proporcionem margens para uma acrescida racionalização e uma melhor integração. Serão evoluções obrigatórias para se gerarem melhores respostas militares e serão evoluções de que é razoável esperar igualmente um melhor aproveitamento de recursos.

Com a legitimidade e justeza que decorre do seu inerente patriotismo, sentido de missão e espírito de serviço, as Forças Armadas são parte de direito e factor indispensável na construção de um Portugal melhor, mais próspero, mais seguro, mais moderno, mais competitivo e mais respeitado.

E a sua necessidade e a sua função serão tanto mais importantes e necessárias quanto mais fortes forem os sinais de globalização e de integração multinacional.

No mar, terra ou ar da Europa, da África ou da Ásia, mulheres e homens de Portugal, pertencentes às suas Forças Armadas, continuam a produzir segurança, contribuindo para a Paz, e para a estabilidade internacional, cumprindo e honrando os compromissos assumidos pelo Estado e proporcionando a Portugal mais e melhor soberania."

_____

* Tenente-Coronel SG Pára-quedista. Sócio Efectivo e Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

Bibliografia

Publicações recebidas por permuta e oferta

Periódicos Portugueses
- **Boletim Informativo "No Coração da Mouraria"** - Ano 10º., Nº. 38/39, Out/Dec2008 e Jan/Mar2009.
- **Elo** *(Boletim da ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas)* - Ano 34º., Nº. 394, Mar2009.
- **Jornal do Exército** *(JE)* - Ano 49º., Nº. 581, Fev2009.
- **Lanceiro** - Cadernos Militares 1, 2009.
- **O Centurião** *(Jornal das Forças Armadas e de Segurança)* - Ano º. 25, Nº. 1, Jan/Fev2009.
- **Polícia Portuguesa** *(Órgão de Informação e Cultura da PSP)* - 3ª Série, Nº. 08, Jul/Set2008.
- **Referencial** *(Associação 25 de Abril)* - Nº. 92, Out/Dec2008.

- **Revista da Armada** - Ano 38º., Nº. 428, Mar2009.
- **Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar** (*AAACM*) - Ano 44º., Nº. 174, Jan/Mar2009.

Periódicos Estrangeiros
- **C4ISR** *(The Journal of Net-Centric Warfare)* - Vol. 8, Nº. 2, Mar2009.
- **Défense Nationale** *(Paris)* - Ano 65º., Nº. 03, Mar2009.
- **Defense News** *(USA)* - Mar2009.
- Ejército *(Madrid)* - Ano 70º., Nº. 815, Mar2009.
- Jane's IDR *(International Defense Review)* Vol. 42, Mar2009.

– **Revista de Aeronautica y Astronautica** *(Madrid)* - Nº. 780, Ja